

Scotiabank

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

limites autorizados, além da elaboração de relatórios de gerenciamento de capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Grupo. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com>.

Risco de Mercado
Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária. A carteira de negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado. Na carteira bancária estão incluídas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Grupo, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação e os instrumentos da carteira de tesouraria. A fim de avaliar os efeitos no resultado do Conglomerado diante de eventuais cenários, o Grupo realiza uma análise de sensibilidade para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

8. Negociação e Intermediação de Valores

	2025
Ativo circulante	
Caixas de registro e liquidação	30.429
Devedores conta liquidações pendentes	5.432
Total	35.861

Passivo circulante	
Credores conta liquidações pendentes	35.825
Total	35.825

9. Outros Ativos	
a. Financeiros	
Mensurados ao custo amortizado	
Ativo não circulante	
Depósitos judiciais	164
Total	164

b. Não financeiros	
Ativo circulante	
Impostos e contribuições a compensar	1.321
Antecipação de IRPJ e CSLL	465
Despesas antecipadas	93
Outros	26
Total	1.905

10. Outros Passivos	
Passivo circulante	
Impostos e contribuições a recolher	2.426
Provisão para despesas de pessoal	1.760
Provisão para outras despesas administrativas	118
Subtotal	4.304
Passivo não circulante	
Provisão para despesas de pessoal	218
Subtotal	218
Total	4.522

11. Patrimônio Líquido	
O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 60.000 está representado por 60.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.	
a. Reservas de lucros	
A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente.	
b. Dividendos e juros sobre o capital próprio	
Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.	
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.	

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2025	
Imposto de renda	Contribuição social	
(2.485)	(2.485)	
137	137	
143	143	
(6)	(6)	
Adições/(exclusões) permanentes	125	125
(2.223)	(2.223)	
Base tributável		
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	-	-
Base tributável após a compensação	(2.223)	(2.223)
Aliquotas	25%	15%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes		
Créditos tributários	594	357
Passivo fiscal diferido	(4)	(3)
Total	590	354

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldos em 01/01/2025	Constituição	Realização/ reversão	Saldos em 31/12/2025
Créditos tributários	711	1.431	(480)	1.662
Refletido no resultado				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	229	890	-	1.119
Provisões indedutíveis	482	541	(480)	543
Refletido no patrimônio líquido	229	14	(227)	16
Ajuste a valor de mercado de TVM	211	-	(211)	-
Ajuste a valor de mercado de ações	18	14	(16)	16
Total	940	1.445	(707)	1.678

	Saldos em 01/01/2025	Constituição	Realização/ reversão	Saldos em 31/12/2025
Passivo fiscal diferido				
Refletido no resultado	(8)	(7)	-	(15)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(8)	(7)	-	(15)
Total	(8)	(7)	-	(15)

c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias

Prazo de realização Diferenças temporárias Prejuízo fiscal e base negativa Total

1º ano	543	120	663
2º ano	-	999	999
3º ano	16	-	16
Total	559	1.119	1.678
Valor presente (*)	494	906	1.400

(*) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

13. Limites de Basileia e Limites Operacionais
A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Conglomerado"), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia amplo do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação vigente, é de 30,34%, sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

14. Passivos Contingentes
A Corretora não é parte de processos ou discussões judiciais em 31 de dezembro de 2025.

15. Partes Relacionadas
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	2025	
Disponibilidades	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	126	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	126	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	52.419	4.610
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/ receitas/(despesas) de prestação de serviços	52.419	4.610
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	(369)
Scotiabank Colpatría (Colômbia) (Parte Relacionada)	-	(358)
Outras receitas operacionais	-	(11)
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	96
16. Pagamento Baseado em Ações	-	96

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto, no Canadá (TSX).

As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento da Corretora com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho da Corretora. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através do plano RSU.

Plano de unidades de ações restritas (RSU - Restricted Share Unit Plan)
De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 440 e a quantidade total de ações devidas é de 1.581 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 385,30 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 839.

	2025	
RSU	Saldo	
Preço da ação	Quantidade de ações	Valor
Devido		385,30 ⁽ⁱ⁾
Provisionado		1.581
A provisionar		1.142
(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,81 reais por dólar canadense.		439

	A pagar	
	Dez/2026	Dez/2027
	Quantidade de ações	Quantidade de ações
RSU	Valor	Valor
Preço da ação	385,30 ⁽ⁱ⁾	385,30 ⁽ⁱ⁾
Devido	501	193
Provisionado	434	167
A provisionar	67	26
(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,81 reais por dólar canadense.	185	71

17. Benefícios a Empregados Pós-emprego
Para o plano de contribuição definida pós-emprego, a Corretora oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 337. Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica. A Corretora não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

18. Receitas de Prestação de Serviços
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, são compostas pelas rendas de corretagens e operações em bolsa, assim como rendas de comissão de colocação de títulos no montante total de R\$ 13.488.

19. Despesas de Pessoal		
	2025	
Proventos	2º semestre	Exercício
Encargos sociais	5.432	11.231
Benefícios	2.792	4.889
Treinamento	884	1.887
Total	88	559
20. Outras Despesas Administrativas		
	2025	
	2º semestre	Exercício
Processamento de dados	1.502	2.891
Aluguéis	230	486
Serviços do sistema financeiro	215	439
Amortização/depreciação	104	208
Comunicações	94	182
Serviços técnicos especializados	123	224
Água, energia e gás	24	63
Viagens	95	165
Publicações	18	42
Outras	432	808
Total	2.837	5.508

21. Despesas Tributárias		
	2025	
	2º semestre	Exercício
COFINS	476	883
ISS	351	675
PIS	77	143
Impostos, taxas e contribuições	10	22
Total	914	1.723

22. Hierarquia de Valor Justo
Em 31 de dezembro de 2025, os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 6) estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo.

23. Resultado Recorrente e Não Recorrente
Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2025, o resultado da Corretora era integralmente recorrente.

Diretoria	
Paulo André Campos Bernardo	Jaques Mester
Rodrigo Almeida Sergio	Fabio Tirolli de Sousa
Luciana Chi	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individual-

mente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2026.

KPMG	Luciana Liberal Sâmbia
KPMG Auditores Independentes Ltda.	Contadora CRC 1SP198502/O-8
CRC 2SP-014428/O-6	



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>